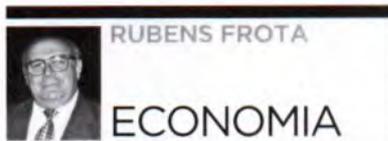


# ECONOMIA



RUBENS FROTA

## ECONOMIA

### Reforma tributária aprovada

No apagar das luzes da última sexta-feira (15), em uma votação histórica, a Câmara dos Deputados deu novo aval à reforma tributária, que unifica cinco tributos sobre consumo e coloca o Brasil no mapa dos países que adotam um sistema IVA (Imposto sobre Valor Agregado). A proposta fica agora a um passo da promulgação. O texto da PEC foi aprovado em primeiro turno por 371 votos a 121. Foi uma larga vantagem em relação aos 308 votos necessários para uma alteração constitucional, mas inferior ao placar de 382 a 118 observado na primeira votação na Câmara, em julho.

Cerca de quatro horas depois, o texto-base foi aprovado em segundo turno pelo plenário, por 365 votos a 118. Há ainda previsão de destaques, que podem resultar em alterações no conteúdo da proposta. Segundo o relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), a reforma seguirá para a promulgação pelo Congresso Nacional. A promulgação, no entanto, será o primeiro passo de um longo percurso até a implementação efetiva do novo sistema tributário, que começará em 2026 e será concluída no início de 2033. O Executivo terá até 180 dias a partir da promulgação para enviar os projetos de lei complementar que regulamentarão a reforma. O Governo trabalha com o envio de três a quatro propostas para definir regras e alíquotas dos novos tributos, os regimes específicos de setores que ficarão fora do alcance do IVA, entre outros temas.

### Repercussão

Entidades da indústria brasileira destacaram os efeitos positivos da reforma tributária para o setor. A CNI disse que o novo sistema tributário é uma grande conquista para o País e era aguardada há mais de 30 anos. Para a Fiesp, o País passará a ter um sistema tributário mais moderno, transparente e alinhado às melhores práticas internacionais, simplificando a vida de quem gera emprego e renda no Brasil. Para a Firjan, a reforma tributária é um marco histórico para o País.

### Repercussão II

Nem tudo são flores. Para a Fecomercio-SP, a reforma trará incertezas já a partir de 2024, e aponta que, apesar de aprovada, ainda não está pronta, pois não fornece garantias de que será possível atingir o principal objetivo de uma reforma tributária almejada há pelo menos três décadas: a simplificação da estrutura arrecadatória brasileira. A entidade vê como consequência um aumento imediato da judicialização, com a maior insegurança jurídica sobre procedimentos tributários.

# Após mais de 40 anos, Brasil terá nova tributação; veja o que muda

## A reforma aprovada prevê a fusão de PIS, Cofins e IPI (tributos federais), ICMS (estadual) e ISS (municipal) em um IVA dual

Em uma votação histórica, a Câmara dos Deputados aprovou por 371 votos a 121, o novo texto da reforma tributária. A medida, tomada após mais de 40 anos, unifica cinco tributos sobre consumo e coloca o Brasil no mapa dos países que adotam um sistema Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Agora, o texto segue para promulgação. Foram mais do que os 308 votos necessários para uma alteração constitucional. Segundo o relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), a proposta seguirá para a promulgação pelo Congresso Nacional após a votação em segundo turno na Câmara.

A implementação efetiva do novo sistema tributário, no entanto, vai demorar um pouco, pois só começará a vigor a partir de 2026, sendo concluída no início de 2033. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva terá até 180 dias a partir da promulgação para enviar os projetos de lei complementar que regulamentarão a reforma. O governo trabalha com o envio de três a quatro propostas para definir regras e alíquotas dos novos tributos, os regimes específicos de setores que ficarão fora do alcance do IVA, entre outros temas.

A proposta também representa uma vitória para o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que deu apoio decisivo à PEC. Desde o início do ano, o ministro Fernando Haddad (Fazenda) colocou a reforma como um dos pilares de sua agenda. O ministro criou uma secretaria extraordinária voltada ao tema, comandada por Bernard Appy, formulador técnico da versão



Enquanto isso, o comércio varejista presencial e online se prepara para receber os consumidores

inicial da PEC 45, uma das bases para a reforma aprovada. O secretário acompanhou a sessão direta do plenário da Câmara, repetindo o ritual das votações anteriores.

Além do empenho político, Haddad precisou negociar concessões e abrir os cofres da União. O governo aceitou injetar recursos em um fundo para bancar novos incentivos regionais, que alcançarão R\$ 60 bilhões a partir de 2043. A resistência em dar essa compensação aos estados era um obstáculo histórico ao avanço da reforma, embora o valor definido gere preocupações sobre seu impacto na sustentabilidade fiscal do país. Para o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, que também é ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio, a reforma tributária poderá fazer a economia brasileira crescer 12% em cerca de 15 anos. "Essa é uma reforma que pode fazer, em 15 anos, o PIB brasileiro crescer 12%. Ela traz eficiência econômica

e ajuda enormemente na economia", destacou.

### Principais mudanças

A reforma aprovada prevê a fusão de PIS, Cofins e IPI (tributos federais), ICMS (estadual) e ISS (municipal) em um IVA dual. Uma parcela da alíquota será administrada pelo governo federal por meio da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), e a outra, por estados e municípios pelo IBS (Imposto sobre Bens e Serviços). Além disso, será criado um Imposto Seletivo sobre produtos e serviços considerados prejudiciais à saúde (como cigarros e bebidas alcoólicas) ou ao ambiente, à exceção dos produzidos na Zona Franca de Manaus. A implementação dos novos tributos começará em 2026, com uma alíquota de 0,9% para a CBS e de 0,1% para o IBS. Em 2027, PIS e Cofins serão completamente extintos e substituídos pela nova alíquota de referência da CBS. As alíquotas do IPI também seriam zeradas para a entrada em vi-

go do Imposto Seletivo, com exceção dos bens produzidos na Zona Franca. A migração dos impostos estaduais e municipais para o novo IBS será mais gradual, dada a necessidade de dar segurança jurídica a benefícios já concedidos sob o atual sistema. Por isso, ICMS e ISS serão totalmente extintos apenas em 2033.

"O imposto seletivo está muito simples, sem maiores detalhes, só fala sobre os produtos prejudiciais à saúde, o que gera muitas dúvidas, pois a definição de quais produtos serão esses se dará por meio de lei complementar posterior. Então, se fala em bebidas alcoólicas, cigarros, entre outros, mas há incertezas. Conforme for o desdobramento, itens básicos do dia a dia poderão ser onerados, o que pode pesar para quem ganhar menos. É essa insegurança, pois o texto é muito simples; disse o diretor de políticas estratégicas e legislativas da Fenacom, Diogo Chamun.

### Alterações de horário no comércio no Natal

O comércio de rua no Centro de Fortaleza vai funcionar todos os domingos até o dia 24 de dezembro, informa a CDL de Fortaleza. A partir do dia 20, durante a semana, as lojas vão abrir do horário até às 19h. Já os shopping abrirão das 9h às 23h, entre os dias 20 e 23. Para a entidade, essa é uma grande oportunidade para o consumidor fazer suas compras nos horários estendidos. Nos dias 24 e 31, as lojas de shoppings abrem das 9h às 18h. No Centro, nos dias 24 e 31, as lojas funcionam até as 14 horas.

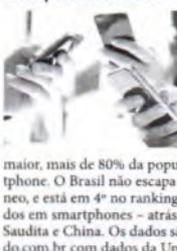
### Usina barrada

A Anatel emitiu novo parecer contrário à instalação de uma usina de dessalinização de água na Praia do Futuro, reforçando pleito do setor de telecomunicações contra o projeto. O novo parecer considera alterações no projeto feitas pela Cagece após a primeira negativa. Ainda assim, diz a Anatel, as obras "podem provocar perturbações do leito marinho com reflexos na área atualmente ocupada por cabos de telecomunicações".

### Usina barrada II

Com investimentos previstos em R\$ 526 milhões, a usina começou a ser projetada em 2017 mas se tornou alvo do setor de telecomunicações neste ano. As telas dizem que as obras e a futura operação das usinas trazem risco à integridade dos cabos e a operação da usina limita a classificação de segurança dos data centers do local. A primeira tentativa de aprovar a obra parou na SPU (Secretaria do Patrimônio da União), em janeiro.

### Smartphones: Brasil é o 4.º maior país viciado



Mais da metade de toda população do planeta já possui um smartphone. Nos países desenvolvidos, a taxa é ainda maior, mais de 80% da população já possui um smartphone. O Brasil não escapa deste problema contemporâneo, e está em 4.º no ranking dos países com mais viciados em smartphones — atrás, apenas, de Malásia, Arábia Saudita e China. Os dados são da plataforma CupomValido.com.br com dados da Universidade McGill.

\*Cálculo realizado pelo jornalista Nilsuêi Almeida

Mais informações de Rubens Frota: e-mail: frotarubens@gmail.com

**CÂMARA CORONA BRASIL** - Cnpj: 07.000.000/0001-00

**FOR LEASING INCORPORADA LTDA** - Cnpj: 07.000.000/0001-00

**PORTO DE COMÉRCIO CAÇUELA LTDA** - Cnpj: 07.000.000/0001-00

**REGIÃO DE GUERREIA DO BILMA**

**AGÊNCIA TLT EMPREENDIMENTOS MOBILIÁRIOS LTDA** - Cnpj: 07.000.000/0001-00

**WLLA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA** - Cnpj: 07.000.000/0001-00

**ENFERMIA REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL SA 8 REGIÃO** - ESTATO DE MATO GROSSO DO SUL

**CONSORCIO REGIONAL DE HIGIENIZAÇÃO E TERAPIA OCUPACIONAL SA 8 REGIÃO** - ESTATO DE MATO GROSSO DO SUL

**SOB ENERGIA RENOVÁVEL S.A.** - Cnpj: 07.000.000/0001-00

**OFICIAL DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE MÓVEIS DA COMARCA DE REGISTRO DESTE ESTADO**

**CPFL Energias Renováveis S.A.** - Cnpj: 07.000.000/0001-00